A Hermenêutica jurídica aplicada a prática intervencionista aos alunos do curso de Direito: uma análise da escrita processual

Autor(res)

Bruna Kucharski Wagner
Rita Da Rocha Lemos Moraes

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DO RIO GRANDE

Introdução

O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência durante o período do Projeto de Extensão intitulado Organização da escrita jurídica na petição inicial: uma proposta intervencionista, desenvolvido para o curso de Direito da Anhanguera Rio Grande/RS através do financiamento da FUNADESP-Fundacao Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. A proposta intervencionista refere-se a uma abordagem que visa transformar a realidade através da intervenção direta em um determinado contexto, nesse caso, um grupo de alunos do segundo ao nono semestre matriculados no Curso de Direito da Anhanguera Rio Grande/RS. Assim, através da intervenção busca-se a análise da escrita jurídica através da participação ativa dos envolvidos e questiona-se: como os alunos identificam a hermenêutica jurídica para uma escrita qualificada nas práticas processuais?
Por conseguinte, a prática consentida pela intervenção por meio do projeto de extensão revela a importância de uma análise abrangen

Objetivo

Relatar a experiência desenvolvida no Projeto de Extensão “Organização da escrita jurídica na petição inicial”, destacando a abordagem intervencionista junto a discentes do curso de Direito, com foco no aprimoramento da escrita técnica e na compreensão da hermenêutica jurídica nas práticas processuais.

Material e Métodos

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de caráter descritivo, com abordagem qualitativa e metodologia intervencionista. Buscou-se analisar os impactos da intervenção na escrita jurídica de discentes do curso de Direito, com foco na hermenêutica jurídica. Foram aplicados questionários e desenvolvidas práticas de elaboração de peças processuais, promovendo escrita colaborativa, revisão e reescrita. A pesquisa priorizou a compreensão do fenômeno da escrita técnica, considerando que a hermenêutica jurídica exige compromisso com a Constituição, evitando subjetivismos. Com base em casos práticos, os estudantes refletiram sobre o processo de interpretação normativa, promovendo avanços na qualificação da linguagem jurídica. A abordagem hermenêutico-interpretativa revelou-se eficaz na formação crítica e técnica dos discentes, valorizando a compreensão, o sentido e o alcance das normas jurídicas.

Resultados e Discussão

Os resultados indicaram significativa transformação na escrita jurídica dos discentes do curso de Direito da Anhanguera Rio Grande/RS, a partir de práticas intervencionistas com aplicação de questionários pré e pós-intervenção. Utilizando a Lei Maria da Penha como base para casos práticos, observou-se uma evolução na fundamentação jurídica, superando abordagens rasas e repetitivas. Inicialmente, os alunos demonstraram fragilidade teórica e apego a modelos prontos, mas, com encontros presenciais e atividades de escrita colaborativa, desenvolveram maior domínio técnico e uso da norma culta. A intervenção pedagógica permitiu romper padrões influenciados por mídias e inteligência artificial, estimulando a escrita fundamentada em hermenêutica. A construção de petições revelou maior autonomia argumentativa. Conforme Streck (2024), a crítica ao realismo jurídico reforça a importância da interpretação consciente da norma, alinhada ao que foi alcançado pelos discentes após a intervenção.

Conclusão

A pesquisa analisou a escrita jurídica dos alunos por meio de intervenção baseada na Lei Maria da Penha, visando à qualificação técnica com enfoque hermenêutico. Inicialmente, observou-se escrita baseada no senso comum, sem linguagem formal. Após a intervenção e aplicação de questionários, constatou-se evolução na argumentação e uso da norma culta, evidenciando a importância de projetos de extensão para romper a ausência de técnica jurídica.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

DOS SANTOS, Luana Marina. CRÍTICA DA HERMENÊUTICA DO DIREITO EM STRECK FRENTE AO MULTICULTURALISMO. Revista Eletrônica Direito e Política, 2023. Disponível em https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/18428 Acesso em 15 de junho de 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Ediitora Atlas SA, 2008.

STRECK, Lenio Luiz; JUNG, Luã. "CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.29327/5385477.1-3 Acesso em 15 de junho de 2025.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. Hermenêutica jurídica: uma questão intrigante. Brasília: Consilium-Revista Eletrônica de Direito, 2010, 4. Disponivel em http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170725113015.pdf Acesso em 15 de junho de 2025.